

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Novo incentivo ao petróleo	2
Título: Petrobras antecipa captação e cita eleições de 2018.....	3
Título: Eletrobras prevê levantar mais de R\$ 5 bi com venda de participações.....	4
Título: Troca de ações da Vale supera o necessário	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Pesquisa de preço de combustíveis já sofre com cortes de gastos	6
Título: “Eletrobras vai economizar R\$ 1,5 bi por ano com demissões”	7
Título: Proximidade de eleições faz Petrobras antecipar captações de recursos.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: ANP fará leilão competitivo de petróleo	10
Título: Política de conteúdo local avança.....	11
Título: Eletrobrás quer poupar R\$ 1,5 bi com pessoal.....	13
Título: Turbulência hidrelétrica	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Novo incentivo ao petróleo**

ANP vai reduzir 'royalties' para estimular investimentos em campos mais antigos.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) está preocupada com a queda da produção de petróleo — de cerca de 30% — nos campos do pós-sal mais antigos e que estão enfrentando o declínio natural. Para estimular os investimentos na revitalização desses campos maduros, a agência vai reduzir à metade o percentual dos royalties, que é de 10%, sobre a produção que resultar desse incremento. A medida vai beneficiar principalmente a Bacia de Campos, que já foi responsável por mais de 80% da produção total de petróleo do Brasil, mas hoje responde por apenas 50%, em queda constante. Neste mês, a bacia completou 40 anos do início de produção. A revitalização dos campos mais antigos vai gerar investimentos importantes na indústria petrolífera, que vão resultar em empregos no setor.

A Abespetro, que reúne empresas prestadoras de serviços para petroleiras, estima que esses aportes em campos maduros poderão criar cerca de 170 mil empregos no período de 2018 a 2022. "Menos royalties, mais empregos", é um dos slogans da campanha lançada pela prefeitura de Macaé, no Norte Fluminense. O município, que já foi o maior produtor de petróleo do país e ostentava o título de "capital do petróleo", sentiu fortemente a retração das atividades petrolíferas na Bacia de Campos a partir de 2014, em função da redução dos investimentos da Petrobras, que enfrentou dificuldades financeiras por conta dos casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato e pela queda dos preços do petróleo.

O prefeito de Macaé, Aluizio dos Santos Júnior (PMDB), que lançou a campanha, prevê que esses investimentos em campos antigos na Bacia de Campos poderão gerar cerca de 20 mil empregos na região. Segundo ele, nos últimos cinco anos, a cidade perdeu 38 mil postos de trabalho na indústria do petróleo, passando de 163 mil vagas em 2012 para apenas 125 mil hoje: — Macaé começa a respirar um cenário mais positivo com a retomada dos leilões e as perspectivas de novos investimentos. Mas o projeto de recuperar a produção de petróleo na Bacia de Campos é fundamental. Com os preços baixos do petróleo, as empresas buscam cada vez mais diminuir os custos, e a redução do pagamento dos royalties será importante para atrair esses investimentos.

BENÉFICO TAMBÉM PARA A PETROBRAS

A campanha de Macaé enfrentou certa resistência de outros municípios produtores, mas Santos Júnior destacou que, tanto no país como na Bacia de Campos, é preciso investir para recuperar a produção dos campos maduros, e isso só será possível dando algum incentivo. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, explicou que a redução dos royalties para estimular a revitalização de campos maduros é mais uma das medidas importantes adotadas pela agência para destravar investimentos no setor no curto prazo. A ANP está preparando uma resolução para regulamentar a questão que deve ser publicada em, no máximo, seis meses.

Os leilões que serão feitos em setembro e outubro próximos trarão investimentos no longo prazo, mas precisamos retomar a atividade no curto prazo. E, por isso, vamos atuar nos contratos que estão em vigor com várias medidas, e uma delas é a revitalização dos campos maduros para incentivar o aumento da produção — explicou Oddone. A Bacia de Campos é um exemplo da necessidade de investimentos para revitalizar a produção dos campos antigos e poderá ser uma das mais beneficiadas com a medida. Em junho, a bacia produziu 1,363 milhão de barris diários, 51% da produção total do país (2,674 milhões de barris diários). A produção naquele mês foi cerca de 11% menor do que em junho de 2016, quando atingiu 1,531 milhão de barris por dia, representando 60% da produção total.

O estímulo à recuperação da produção de petróleo nos campos antigos, segundo fontes, vai beneficiar diretamente também a Petrobras. A estatal colocou à venda recentemente vários campos maduros, 14 deles na Bacia de Campos. A possibilidade de reduzir os royalties para recuperar a produção na renovação dos contratos vai aumentar o valor desses campos. Para Santos Júnior, em pouco tempo, a produção da bacia poderá aumentar para 1,5 milhão de barris diários. Na última quinta-feira, a Petrobras anunciou a descoberta de petróleo no pré-sal na Bacia de Campos na área do Campo de Marlim Sul. A descoberta é importante por ser em uma região que já tem grande infraestrutura de produção.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras antecipa captação e cita eleições de 2018

Estatal pretende obter US\$ 13 bi com investidores, mais que o triplo do que previa para 2017.

A Petrobras pretende fazer captações de US\$ 13 bilhões neste ano, no Brasil e no mercado internacional. O valor é pouco mais que o triplo da previsão feita em março deste ano, quando a estatal projetou captar US\$ 4 bilhões. A informação foi dada ontem por Ivan Monteiro, diretor de Finanças da companhia em

conferência com analistas. O objetivo é alongar o perfil da dívida da estatal. Em 2018, vencem US\$ 9,3 bilhões, e a meta é reduzir esse montante em até US\$ 2 bilhões. Ontem, Monteiro lembrou que ano que vem é ano eleitoral, e, por isso, a companhia pode fazer amortizações adicionais. — A empresa está com um nível de amortização bastante confortável para 2018, mas a gente acha que deve (fazer amortizações), dado que é um ano eleitoral. Consideramos que existem oportunidades, e você deve esperar anúncios da companhia nas próximas semanas — destacou Monteiro.

A Petrobras também pretende voltar a captar com o BNDES. Ontem, o diretor do banco, Carlos Thadeu de Freitas, deu a entender que o BNDES tem disposição de dar crédito à empresa. Ele não soube dizer, porém, se a exposição à Petrobras estava abaixo do limite determinado por regras nacionais e internacionais que regem a atuação dos bancos. Há anos, o BNDES está desenquadrado nesta questão. — A Petrobras não é um cliente qualquer, gera PIB, trabalho e emprego em inúmeros fornecedores. Não pode ser tratada como uma empresa qualquer — disse Carlos Thadeu. A estatal pretende também arrecadar US\$ 8 bilhões com a venda de ativos. Monteiro citou a oferta de 33 campos de petróleo no Brasil, ativos de distribuição no exterior e a abertura de capital da BR Distribuidora.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: Eletrobras prevê levantar mais de R\$ 5 bi com venda de participações

Estatal quer sair ainda este ano de 79 ativos, como linhas de transmissão.

A Eletrobras pretende acelerar seu programa de privatizações e venda de participações em diversos ativos de geração eólica, transmissão e distribuição de energia. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, informou ontem que pretende vender, até o fim do ano, as participações acionárias da empresa em 79 companhias, as chamadas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). De acordo com o executivo, ainda neste mês, o BTG Pactual deverá apresentar a modelagem de venda e o preço dessas participações acionárias. O valor contábil das participações da Eletrobras nessas SPEs, segundo Ferreira Júnior, é da ordem de R\$ 5 bilhões. Os recursos poderão ajudar o governo a fechar suas contas, num momento em que a equipe econômica discute ampliar a meta fiscal deste ano, atualmente fixada em R\$ 139 bilhões. Segundo o presidente da Eletrobras, a previsão é arrecadar bem mais do que os R\$ 5 bilhões estimados.

DISTRIBUIDORAS À VENDA

O executivo explicou que são ativos altamente rentáveis, como as linhas de transmissão. — Eu imagino que elas possam valer seguramente mais, porque esses são valores após as baixas contábeis feitas. Hoje, se tem um interesse muito grande pelo setor elétrico, em particular alguns ativos que nós temos, como o de transmissão com elevadas taxas de retorno. Temos sido procurados por muitos interessados — destacou Ferreira Júnior. Atualmente, a Eletrobras tem participações em 178 SPEs em geração, transmissão e serviços. Mas, para aumentar o valor de venda desses ativos, alguns deles foram aglutinados, como é o caso de 45 parques eólicos que se transformaram em dez SPEs. Também até o fim deste ano, a Eletrobras pretende privatizar as seis distribuidoras federalizadas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país. O BNDES, segundo o executivo, está fazendo a modelagem e fixando o valor dessas distribuidoras — processo que deverá ser concluído ainda este mês, ou no máximo, em setembro. — Vamos anunciar como será a privatização dessas empresas agora em setembro e vender as seis em dezembro — explicou Ferreira Júnior.

INCENTIVO À DEMISSÃO

As vendas de ativos, assim como outras medidas de redução de custos, como planos de incentivo ao desligamento de funcionários, têm o objetivo de recuperar as finanças da Eletrobras, que fechou o primeiro semestre do ano com uma dívida líquida de R\$ 23,4 bilhões. Como parte da reestruturação interna do grupo e do programa de redução de custos, a Eletrobras vai lançar entre outubro e novembro seu Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) . Os detalhes do programa ainda estão sendo concluídos, mas o presidente estima que conseguirá uma adesão de 2.400 empregados. A expectativa é que, deste total, 50% vão aderir neste ano e a outra metade, no primeiro semestre de 2018. Com o plano de incentivo à aposentadoria, encerrado mês passado, a companhia conseguiu uma adesão de 2.097 empregados. Com os dois planos, prevê reduzir seu quadro de pessoal de 17.200 para cerca de 12.700 e obter uma redução de custos de R\$ 1,5 milhão por ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Troca de ações da Vale supera o necessário

A Vale deu mais um passo na sua reorganização societária. Pelo menos 72,2% das ações preferenciais (sem direito a voto) que estão em poder de investidores foram convertidas voluntariamente em ações ordinárias (com voto). O percentual supera os 54,09% necessários para dar continuidade à reestruturação. A meta é diluir o controle da empresa para ingressar no Novo Mercado, mais alto nível de governança da B3 (ex-Bovespa). As empresas neste segmento não têm

controlador e só podem ter ações com voto. E ao menos 20% dos membros do Conselho de Administração precisam ser independentes, com mandato de até dois anos. Se ingressar no Novo Mercado, a Vale terá menos ingerência de governo e outros acionistas majoritários. Hoje, ela é controlada pela Valepar, que reúne BNDESPar, Bradespar, Mitsui e fundos de pensão (alguns estatais). Por meio dos fundos e do BNDES, o Estado controla parte dos papéis da Vale

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Pesquisa de preço de combustíveis já sofre com cortes de gastos

Restrições orçamentárias levaram a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) a enxugar a pesquisa de preços dos combustíveis em postos brasileiros.

As mudanças na pesquisa de preços começaram a vigorar no dia 30 de julho. Houve corte de 8,4% no número de municípios pesquisados —de 501 para 459 e, a partir de agora, apenas as capitais terão coleta semanal de preços.

As outras 432 cidades foram divididas em dois grupos, que terão coleta quinzenal. A mudança prejudica a análise da evolução semanal dos preços no país.

Em comunicado, a ANP diz que "a redução da periodicidade da coleta de dados dos municípios teve como objetivo permitir que um número maior de localidades fosse mantido na pesquisa".

Segundo o texto, foram excluídos os municípios que têm menos de 12 postos. A agência reguladora defende que a alteração não muda os objetivos da pesquisa.

A pesquisa consiste na coleta de informações em postos nas cidades escolhidas, para divulgação semanal no site da ANP, com detalhamento sobre o preço cobrado pelas distribuidoras e as margens de lucro da revenda.

É um instrumento para acompanhar a evolução dos preços no país e das margens e é usada também para investigar a possibilidade de fraudes concorrenciais nos municípios, como combinação de preços entre os postos.

Por meio da pesquisa, por exemplo, é possível saber qual o tamanho do repasse, por distribuidoras e postos, dos reajustes promovidos pela Petrobras.

A ANP confirmou que a renegociação do contrato com a empresa prestadora do serviço, a Análise & Síntese Pesquisa e Marketing, foi motivada por corte no orçamento.

Não foi informado o tamanho do corte. O orçamento aprovado para a ANP em 2017 é de R\$ 356,5 milhões, ou 19% menor do que o aprovado em 2016 —que também passou por contingenciamento.

Até o fim do primeiro semestre, a agência gastou 44% do total previsto para o ano.

Com os bloqueios orçamentários adotados pelo governo Michel Temer para obter a meta fiscal, diversos serviços foram afetados nas últimas semanas — trabalhos de Funai, Incra e emissão de passaportes, por exemplo, já vêm sendo afetados.

QUALIDADE

A Folha apurou que a ANP avalia também reduzir o escopo do programa de monitoramento da qualidade dos combustíveis, que coleta amostras de produtos para investigar adulteração ou outras não conformidades.

O programa já havia sofrido com cortes em 2016 e chegou a ficar um período sem equipes de coletas em 19 estados e no Distrito Federal.

Agora, os contratos devem ser renegociados. A ANP nega que vá mudar os contratos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: “Eletrobras vai economizar R\$ 1,5 bi por ano com demissões”

Com dois programas para cortar a folha salarial, a Eletrobras prevê economia de R\$ 1,5 bilhão por ano. Ao todo, a ideia é reduzir o quadro funcional em cerca de 4.500 pessoas.

O primeiro programa, que dá benefícios para a aposentadoria, está em fase final de conclusão. Com a adesão de 2.096 pessoas, a economia estimada é de R\$ 875 milhões por ano.

A empresa espera ainda a adesão de outros 65 empregados, que hoje estão na subsidiária Amazonas Geração. A economia seria de R\$ 20,8 milhões.

Embora a busca tenha ficado abaixo da meta, que falava em cerca de 2.400 pessoas, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr disse que o resultado foi positivo.

Ele avaliou que as discussões sobre a Reforma da Previdência contribuíram com o processo. "As pessoas se preocuparam em garantir direitos", disse ele.

O segundo programa será lançado ainda neste segundo semestre, com a previsão de cortar cerca de 2.400 pessoas e economizar cerca de R\$ 600 milhões por ano.

A ideia é que esse processo esteja concluído até o primeiro semestre de 2018.

ATIVOS

Ferreira Jr disse que a empresa espera se desfazer de sua fatia em de 79 SPEs (sociedades de propósito específico, empresas criadas para investimentos em parceria).

São companhias de transmissão e geração de energia eólica, que tem um valor contábil de R\$ 5,7 bilhões. O presidente da empresa acredita, porém, que conseguirá mais do que esse valor.

A ideia é usar os recursos para reduzir o elevado endividamento, de R\$ 23,4 bilhões. A companhia fechou o trimestre com a relação dívida líquida sobre Ebitda de 4,7 vezes, menor do que os 7,8 vezes do mesmo período do ano anterior mas acima da meta de 4 vezes de seu plano de negócios.

BALANÇO

Ferreira Jr concedeu entrevista para detalhar o balanço da companhia e defendeu que, apesar da queda com relação ao mesmo trimestre do ano passado, o desempenho foi positivo.

A estatal anunciou lucro de R\$ 344 milhões no segundo trimestre, queda de 97,5% na comparação com o segundo trimestre de 2016.

Naquele período, porém, houve a contabilização de R\$ 25,8 bilhões de indenizações pela renovação das linhas de transmissão, que ajudaram a companhia a fechar com lucro de R\$ 12,7 bilhões.

"No ano passado, reconhecemos [as indenizações] em um único trimestre, o que levou à maior receita da nossa história. É absolutamente não recorrente", disse o executivo.

Ele defendeu que o desempenho no segundo trimestre de 2017 é o melhor desde que chegou à companhia, em julho de 2016.

Desconsiderando efeitos não recorrentes, diz a empresa, o lucro do trimestre seria de R\$ 162 milhões no trimestre, contra prejuízo de R\$ 157 milhões no mesmo período do ano anterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Proximidade de eleições faz Petrobras antecipar captações de recursos

A Petrobras ampliou para US\$ 13 bilhões a previsão de captações de recursos no mercado para 2017, para evitar riscos de aumento de custos em ano eleitoral. A previsão anterior era de captar US\$ 4 bilhões no ano.

Segundo o diretor financeiro da empresa, Ivan Monteiro, a busca por um maior volume de recursos é explicada pela proximidade de ano eleitoral, que pode impactar nos custos de empréstimos.

"Vamos anunciar em breve novas operações", disse Monteiro a analistas em teleconferência para detalhar o balanço do segundo trimestre de 2017, que trouxe lucro de R\$ 316 milhões.

Com os recursos que pretende captar, a empresa prevê pagar antecipadamente US\$ 12 bilhões em dívidas de curto prazo, alongando, assim os vencimentos.

Ao final do segundo trimestre, a dívida líquida da estatal era de US\$ 89 bilhões.

A projeção de captações em 2017 inclui operações já anunciadas, como a oferta de até US\$ 5 bilhões em debêntures divulgada em julho.

Além disso, a Petrobras espera voltar a tomar dinheiro com o BNDES, já que a exposição do banco à empresa deixou de ser um empecilho após o pré-pagamento de dívidas recentes.

A previsão da empresa é gerar neste ano US\$ 27 bilhões com suas atividades operacionais e investir US\$ 17 bilhões. Ao fim de 2017, a perspectiva é ter US\$ 20 bilhões em caixa.

VENDA DE ATIVOS

O planejamento considera a entrada de US\$ 8 bilhões com a venda de ativos. De acordo com a empresa, o número refere-se apenas a operações já assinadas.

Questionado se mantém a meta de vender US\$ 21 bilhões até o final de 2018, Monteiro disse que sim. "Teremos uma atividade bem mais intensa no segundo semestre", afirmou.

Segundo ele, as mudanças promovidas pelo governo no setor de petróleo, como a redução das exigências de conteúdo local, são "altamente benéficas" para o processo, ao aumentar a atratividade dos ativos de exploração e produção.

Neste ano, a companhia colocou à venda um conjunto de 30 campos de petróleo em águas rasas.

PDV

O diretor de Assuntos Corporativos da estatal, Hugo Repsol, informou que os dois planos de demissão voluntária criados a partir de 2014 devem resultar no desligamento de cerca de 16.300 empregados. Outros 2.700 que demonstraram interesse, desistiram de aderir.

"É uma redução expressiva na força de trabalho, em torno de 18%", disse ele. A companhia trabalha agora em um programa de realocação dos empregados em suas instalações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: ANP fará leilão competitivo de petróleo

Trinta e seis empresas manifestaram interesse em participar da 14.^a rodada de licitação de bacias de petróleo, informou há dias a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Os interessados pagaram a taxa de participação, entregaram a documentação exigida e estão aptos a disputar o leilão marcado para 27 de setembro.

A 14.^a rodada tem um significado especial, pois é o primeiro certame a ser realizado, após a política errática para o setor dos governos Lula e Dilma Rousseff, em períodos marcados pelo aparente desinteresse oficial na atração de investidores privados para o segmento. Alguns pontos do edital da 14.^a rodada da ANP, publicado em 19 de julho, permitiram aproximar os interesses do governo e dos investidores. Primeiro, foram retiradas as regras de conteúdo

nacional como uma das exigências para participar da licitação. Segundo, ficou estabelecido que haverá royalties diferenciados para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, nas quais se entende que os riscos dos investidores são mais elevados.

Outros aspectos enfatizados pela ANP foram o incentivo à atuação de fundos de investimento e a redução do patrimônio líquido mínimo para não operadoras dos campos de petróleo. Um total de 287 blocos com risco exploratório será leiloado em setembro. Esses blocos estão localizados em 29 setores nas bacias sedimentárias de Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Santos, Pelotas e Campos. Quatro áreas são consideradas pela ANP como tendo elevado potencial.

Mas algumas das áreas incluídas na rodada ainda poderão ser excluídas do leilão e outras áreas poderão ser incluídas, desde que com autorização do Conselho Nacional de Pesquisa Energética (CNPE). Durante muitos anos, os leilões de petróleo foram bem-sucedidos, atraíram centenas de investidores, entre eles alguns dos maiores grupos internacionais petrolíferos, e permitiram a arrecadação de expressivos recursos pelo governo brasileiro. Mas, a partir da 9.ª rodada, em 2007, o governo mudou as regras e afastou os interessados. Por exemplo, 41 blocos de exploração da Bacia de Santos foram excluídos às vésperas do certame. A 14.ª rodada será relevante ao assegurar a atratividade da exploração do petróleo no País. A 15.ª já está sendo estudada pela ANP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Política de conteúdo local avança

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) colocou em consulta pública a minuta de Resolução que trata da isenção de cumprimento da obrigação, ajustes de porcentual e transferências de excedente de conteúdo local. Essas previsões, ainda pendentes de regulamentação, devem contemplar contratos desde a 7.ª Rodada de Licitações, ocorrida em 2005. A audiência pública sobre o assunto está agendada para 1.º de setembro. A proposta de isenção é válida para concessões, áreas da cessão onerosa e para o Campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. A ideia é englobar também a possibilidade de celebração de aditivo contratual para a adoção das mesmas regras de conteúdo local aprovadas para as próximas rodadas de licitação. Dessa forma, a agência reguladora visa a possibilitar que petroleiras adotem, em contratos antigos, as novas regras de conteúdo local.

O processo de regulamentação da isenção do cumprimento da obrigação sobre o conteúdo local, conhecido como waiver, é um pleito antigo das empresas

petrolíferas. Atualmente, de acordo com a ANP, os pedidos de waiver em avaliação já ultrapassam os 230 e incluem a solicitação da Petrobrás para a contratação da plataforma do prospecto de Libra. O excesso desses pedidos é prejudicial ao setor, na medida em que amplia a insegurança jurídica, afastando investimentos e deixando de gerar empregos. A ANP propõe duas alternativas às operadoras: a manutenção das condições atuais, com a garantia de recorrer ao waiver para um eventual perdão; ou a adesão ao novo modelo, com a celebração de um aditivo contratual, no qual se sujeitará às novas regras de conteúdo local, com percentuais de nacionalização menores, porém sujeitas a multas e sem a possibilidade de waiver.

Assim, o objetivo é permitir que as empresas de petróleo e gás tenham opções para o cumprimento, de fato, das obrigações de conteúdo local. As regras de conteúdo, tal como se mantinham, contribuíram para imobilizar o setor, dada a dificuldade de cumprimento, por parte das empresas, por causa das regras estabelecidas. Tal dificuldade se somou, ainda, às interrupções das rodadas de licitação por cinco anos e, mais recentemente, à queda do preço do petróleo e redução dos investimentos pela Petrobrás. A consequência foi o represamento/postergação de projetos, diante da elevada percepção de risco em relação ao cumprimento dos níveis de conteúdo local contratados. No caso das concessões, contratações a preços elevados impactam as receitas fiscais por reduzirem os tributos pagos pelas concessionárias. Nos contratos de partilha, além dos tributos, há a questão do custo em óleo, por meio do qual a União arca, junto às companhias, com os custos das operações.

Assim, quanto maior o custo em óleo, menor a parcela da produção que compete à União. Em razão disso, esse tipo de contratação passa a ser custeado pela sociedade, que acaba por transferir renda para empresas que só conseguem sobreviver se for estabelecido algum tipo de reserva de mercado. Sem deixar de destacar que a postergação de projetos limita a arrecadação de royalties, outras participações governamentais e tributos. Apesar de a discussão ser benéfica ao setor e ao País, há uma forte oposição por parte de alguns fornecedores de equipamentos, que estavam acostumados com a política de conteúdo local baseada não na eficiência, e sim na reserva de mercado. A aprovação dessa proposta corajosa da ANP é um passo que precisa ser dado. O estímulo ao desenvolvimento da cadeia de suprimentos nacional deve ser feito por meio de benefícios e incentivos, gerando valor ao investidor por esforço adicional e cabe ao governo direcionar os requisitos de conteúdo local às áreas em que o Brasil detém maiores conhecimentos. Uma regulamentação de conteúdo local transparente e que incentive as vantagens comparativas da nossa indústria é fundamental para o sucesso das futuras Rodadas de Licitações da ANP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim****Título: Eletrobrás quer poupar R\$ 1,5 bi com pessoal**

A Eletrobrás espera economizar R\$ 1,5 bilhão por ano, 30% da folha de pessoal da companhia, com o enxugamento de seu corpo de funcionários. A empresa planeja cortar 4,5 mil postos de trabalho ainda em 2017, entre aposentadorias especiais e incentivos à demissão voluntária. O Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) ocorrerá entre outubro e novembro, segundo o presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior. A meta é atingir 50% dos 4.832 empregados elegíveis, uma economia anual de R\$ 600 milhões. Já o Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE) tinha como objetivo alcançar 2.437 pessoas, mas teve adesão de 86% do previsto, 2.097.

“O objetivo não era tirar pelo número de pessoas, era tirar pelo custo”, disse Ferreira. “Quem aderiu mais? Os salários mais altos. A economia anual seria de R\$ 920 milhões por ano, mas ficou em R\$ 874,8 milhões, 95% da meta anual”, completou. Apenas uma das empresas subsidiárias da Eletrobrás ainda não aderiu ao PAE. É a Amazonas GT, que tem 130 funcionários elegíveis. Segundo Ferreira, se todos aderissem ao programa de aposentadoria, a empresa cumpriria a meta de R\$ 920 milhões economizados anualmente. Como a expectativa de adesão é de 50%, a economia com a Amazonas GT seria de R\$ 20 milhões, elevando o total economizado pela empresa a cerca de R\$ 900 milhões.

A discussão nacional sobre a Reforma da Previdência ajudou a aumentar as adesões e a reduzir o custo do programa de aposentadoria extraordinária, segundo Ferreira. O retorno do investimento estava inicialmente estimado em 1,72 ano, mas acabou ficando em 0,93 ano. “O plano pegou um período de grande discussão de aposentadoria. As pessoas têm interesse de garantir direitos e garantiram”, contou ele. Privatizações. A estatal espera melhorar o caixa também com as privatizações.

A modelagem de venda de distribuidoras deve sair em setembro, e 79 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) serão vendidas este ano. A companhia tem atualmente 178 SPEs: 137 em geração, 38 em transmissão e 3 em serviços. “Vamos ter processos que nos permitam vender este ano, não posso obrigar as pessoas a comprar. A meta é chegar no começo de 2018 em 48 SPEs. No final do 1.º trimestre isso já vai estar resolvido”, previu o executivo. A Eletrobrás calcula que as 79 SPEs que serão vendidas somam cerca de R\$ 5 bilhões, mas em valores contábeis, por isso podem render mais ao caixa da empresa. “Podemos ter valor maior porque alguns ativos atraem muito interesse”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Espaço aberto****Autor: Mario Cesar Flores****Título: Turbulência hidrelétrica**

Da época das independências ao século 20, as relações Brasil- Argentina foram contaminadas pela herança ibérica de antagonismo e pela ideia correlata de hegemonia regional. Chegaram ao confronto militar no conflito que levou à independência do Uruguai e contenciosos de fronteira justificaram preocupação no fim do século 19 e início do 20. Dos anos 1950 até hoje a rivalidade histórica tem decrescido, mas volta e meia essa evolução positiva é tumultuada por confrontos cujas razões são emocionalmente infladas pela inércia cultural. Este artigo versa sobre o maior deles: a crise Itaipu x Corpus nos anos 1970. Já são poucos os brasileiros que a viveram com participação ativa ou ao menos atentos aos fatos. Existem estudos de acesso limitado que a analisam em profundidade; mas, despercebida na mídia, nos livros de História e nos currículos escolares, é comum encontrar hoje brasileiros instruídos que nem sequer sabem que ela existiu.

O artigo pretende divulgá-la, ainda que superficialmente, para os que se interessam pelos meandros tortuosos da História e não tinham à época da crise idade para acompanhá-la, ou nem eram nascidos. Na Argentina o projeto de Itaipu sempre foi objeto de críticas restritivas. Para dirimi-las a Argentina insistia na sujeição do projeto a consulta aos países que compartilham o Rio Paraná, sob resistência do Brasil. Uma dessas críticas alimentou controvérsia que chegou a preocupar: a Argentina entedia que o projeto de Itaipu prejudicava o potencial hidrelétrico de Corpus, usina argentino-paraguaia a ser construída logo a jusante de Itaipu. Pelo menos essa razão era insistentemente vociferada, mas é difícil crer que ela (e outras razões menos usadas) justificasse (m) a tensão que se criou sem o estímulo da velha cultura da rivalidade, tanto assim que a usina de Corpus não foi construída até hoje.

A mídia argentina tratava o tema com veemência. Li artigos – fui adido naval em Buenos Aires na época – que aventavam até ação militar se a diplomacia não solucionasse a questão. Recordo-me de um que terminava com a frase “Itaipu é caso de guerra” – as razões técnicas ou Itaipu em si, por sua influência no quadro dos resíduos da anacrônica rivalidade regional...? No auge da crise a mídia argentina chegou a comentar a possibilidade de alagamento catastrófico de áreas do nordeste argentino se a barragem de Itaipu cedesse (sob a óptica míope da velha rivalidade: se o Brasil abrisse as comportas...). É justo reconhecer, porém, que a exacerbação ocorria essencialmente na mídia, com reflexos no povo. Opiniões significativas expressavam frequentemente haver exagero na controvérsia.

O governo autoritário de então se mantinha moderado, usava a argumentação argentina discreta e corretamente no nível diplomático. E as Forças Armadas, envolvidas na “guerra civil” interna e no imbróglio Argentina-Chile sobre a soberania territorial na região do Canal de Beagle, no sul da Terra do Fogo, que tangenciou o conflito, não pareciam empolgadas com esse “caso de guerra” irrealisticamente inflado. No Brasil a mídia dava ao tema atenção secundária e o povo era praticamente indiferente a ele. Já a diplomacia se envolveu com empenho que lembra o tempo dos contenciosos de fronteira e de Rio Branco. Por seu lado, os militares, igualmente engajados, chegaram a formular um esboço de orientação para a atuação militar visando à defesa e segurança de Itaipu caso o empreendimento viesse a ser efetivamente ameaçado.

O contencioso não demorou a esgotar seu potencial de turbulência e foi resolvido diplomaticamente. Na verdade, nem sequer deveria ter existido no nível a que chegou: as razões argentinas explicitadas – a serem elas a motivação real da crise, imune às reminiscências do antagonismo do passado – admitiam a solução conciliada, como admitiram. O relacionamento Brasil-Argentina voltou a serenar e a cooperação foi hierarquizada acima da rivalidade, culminando com a criação do Mercosul e de uma instituição para o controle nuclear mútuo. Os governos Sarney e Alfonsín “liquidaram” a questão. Passados 40 anos, uma revisão serena me sugere aventurar uma conjectura. Se as intenções que a alicerçam existiram de fato, elas foram atendidas, ao menos no Brasil. Talvez o presidente Geisel tenha permitido – seria demais supor que tivesse estimulado – a inflação da questão para dar aos militares brasileiros uma preocupação profissional clássica, útil à abertura democrática então iniciada.

O ocaso da guerra fria favorecia substituir a preocupação difusa que lhe era inerente pela supostamente concreta. Supostamente porque, superado o clima ouriçado, ficou claro que a tensão excedera a que teria sido razoável.

E o general Videla, chefe da Junta Militar que governava a Argentina, embora provavelmente compreendesse as limitações dos motivos que justificariam o nível da tensão criada, teria “permitido” o engajamento temperamental do povo porque convinha ao regime uma “distração patriótica” que ajudasse a amainar a turbulência interna. Beagle e Itaipu atendiam a isso (anos depois, se bem-sucedida, a aventura das Malvinas teria facilitado o fim harmonioso do regime autoritário; seu insucesso o fez desmoronar). Vive-se hoje um relacionamento tranquilo e de cooperação, ainda que eventualmente abalado por percalços solucionáveis, comumente na economia. A rivalidade histórica vem se reduzindo e será em breve página virada se a economia superar seus tropeços conjunturais.

Ou melhor, quase virada: no futebol a rivalidade é insuperável, não tem solução.

Temos de conviver – e aparentemente gostamos – com esse tropeço “patriótico-esportivo”, que, felizmente, não impede o encaminhamento correto do essencial, na política e na economia.

MME / ASCOM